

CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE UMA PROFESSORA LEIGA E OS DESAFIOS PARA TRABALHAR EM CLASSES MULTISSERIADAS

Lindiane Duarte da Silva¹
Pedro Paulo Souza Rios²

RESUMO

O Presente estudo tem por objetivo refletir sobre a trajetória da educação das mulheres, tendo como meio, os espaços não formais de educação e os desafios encontrados no processo de alfabetização na modalidade das classes multisseriadas do campo. Sendo assim, o presente trabalho, deu-se através da pesquisa qualitativa, ouvindo a narrativa de uma professora leiga, residente na Comunidade de Maria Preta, perímetro rural de Senhor do Bonfim – Bahia, que não teve acesso à educação superior, mas que foi alfabetizada e conseguiu alfabetizar várias crianças e adultos. Sendo possível evidenciar que ainda há dificuldades a serem enfrentadas no processo de alfabetização, uma vez que as políticas públicas não chegam a todos/as com eficiência, mas o/a professor/a desenvolvendo atividades com metodologias criativas e tendo comprometimento, baseando-se no contexto em que o indivíduo esteja inserido, como também considerando os conhecimentos que o mesmo tenha antes de chegar a sala de aula.

Palavras-chave: Alfabetização, Letramento, Multisseriação, Educação não Formal.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO

A educação constitui-se enquanto processo formativo e sua aquisição pode ser feita tanto nos espaços formais de educação escolar, como as quanto nos espaços educativos não escolares. Assim, é fundamental o/a professor/a considere que antes mesmo de chegar a escola, os/as estudantes carregam consigo diferentes conhecimentos que dizem respeito as vivências cotidianas no ambiente familiar, na sociedade e principalmente, sobre a sua cultura.

É nesse sentido, que devemos considerar os processos de alfabetização e letramento de crianças e adultos em espaços não formais de educação. De acordo com Gohn (2009, p.32): “a educação não formal é um espaço concreto de formação com a aprendizagem de saberes para a vida em coletivos.” Entendemos, portanto, que esses espaços, tratam-se de um ambiente de formação na qual, as pessoas têm acesso fora do ambiente formal de educação e também contribui com o ensino aprendizagem das mesmas.

¹ Estudante de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus VII Senhor do Bonfim, lindianeduarte1@gmail.com.

² Doutorado em Educação, pela Universidade Federal de Sergipe; Professora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus VII e da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, peudesouza@yahoo.com.br.



E nesse processo de alfabetização, vale ressaltar, a educação das mulheres, que por muito tempo não tiveram ou, não tem acesso a educação escolar. É importante ressaltar que historicamente a educação às mulheres vem sendo negligenciada (MENDES, 2018). Porém, atualmente, esse fato vem se transformando por causa da luta incessante dos movimentos feministas para que as mulheres tenham visibilidade no trabalho, na sociedade e na educação.

Diante do exposto, nos foi suscitado o interesse pelo tema, por considerar importante os espaços de educação não formal para a formação intelectual do indivíduo, especialmente de mulheres. Com essa pesquisa, é destacada também a importância da participação da mulher nas diversas conquistas alcançadas no processo de alfabetização e fortalece a luta histórica que a mesma enfrenta para ocupar os distintos espaços de atuação social, já que a formação recebida por elas, na maioria das vezes era direcionada ao lar, e poucas delas, quando tinham acesso, eram impedidas por seus pais ou companheiros. Daí a necessidade desse diálogo, tendo em vista que a educação é um direito de todos/as.

As inquietações pelo estudo, implica em saber, quais as contribuições dos espaços de educação não formal no processo de alfabetização da criança e do/a adulto/a? Como se deu o acesso das mulheres à educação? Quais as dificuldades enfrentadas pelos/as professores/as em turmas multisseriadas na roça? Levando em consideração que as mesmas ficam distantes da cidade e não há salas suficientes para separar as turmas de acordo as etapas da educação básica. Visto que, esse processo é recorrente no Território Piemonte Norte do Itapicuru.

Abordando sobre o assunto, objetiva-se refletir sobre a trajetória da educação das mulheres, tendo como meio, os espaços não formais de educação e os desafios encontrados no processo de alfabetização na modalidade das classes multisseriadas. Sendo assim, o presente trabalho, deu-se através da pesquisa qualitativa, ouvindo a narrativa de uma professora leiga, residente na Comunidade de Maria Preta, perímetro rural de Senhor do Bonfim – Bahia, que não teve acesso à educação superior, mas que foi alfabetizada e conseguiu alfabetizar várias crianças e adultos desta região e atualmente está aposentada. Assim, serão apresentados os caminhos percorridos, o aporte teórico fundamentado por autores/as que tratam sobre a temática, posteriormente os resultados alcançados, discursões e considerações finais.

METODOLOGIA

Os métodos são fundamentais para definirem os caminhos que o/a pesquisador/a traça para fazer a pesquisa. Gil (1999, p.8) aponta-os, como: “caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados

para se atingir o conhecimento.” Nesse sentido, são os métodos que influenciam no resultado da pesquisa, pois eles norteiam o/a pesquisador/a quais procedimentos utilizará para obter os resultados desejados com eficiência.

O trabalho se deu através da pesquisa qualitativa, na perspectiva das narrativas (auto)biográficas, que de acordo com Abrahão (2003, p. 81): “permitem, dependendo do modo como nos são relatadas, universalizar as experiências vividas nas trajetórias de nossos informantes.” Esta, permite o contato direto com o sujeito a ser pesquisado e ao ouvir a trajetória de vida pode rememora e momentos que foram importantes na formação e construção da sua identidade.

Essa pesquisa nasce como proposta do componente curricular Processos de Alfabetização, do semestre letivo 2021.1, do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia/Campus VII. Sendo que, durante o período das aulas, foram expostos os conceitos sobre a alfabetização de crianças, como também de adultos, considerando os vários espaços e as dificuldades encontradas para conseguir desenvolver tal processo.

Foi a partir das abordagens feitas durante as aulas, que se despertou o interesse em refletir sobre a trajetória da educação das mulheres, a partir das trajetórias de formação de uma professora leiga, tendo como meio os espaços não formais de educação e os desafios encontrados no processo de alfabetização na modalidade das classes multisseriadas. Pensando na perspectiva de valorizar as mulheres enquanto sujeito de pesquisa e o lugar onde moramos, pensamos em refletir acerca da história de uma ex professora leiga, de nome Dulcemira Evangelista de Carvalho, conhecida como “Dulce”, a mesma é residente na comunidade de Maria Preta, zona rural de Senhor do Bonfim – Bahia.

A pesquisa teve como instrumento de coleta de dados, a entrevista narrativa, que permite rememorar a história de vida do sujeito baseada no contexto em que o mesmo está inserido e considerando sua experiência cotidiana. Para facilitar o entendimento da narrativa, foi utilizado um celular para gravação, logo em seguida digitada conforme a fala da entrevistada. Utilizou-se no desenvolvimento, seu nome de nascimento, o qual foi autorizado pela mesma, para ser citada no referente trabalho.

Dulcemira é casada, mãe biológica de quatro filhos, sendo dois homens, duas mulheres e uma filha adotiva. A mesma tem uma trajetória inspiradora sobre o seu processo de alfabetização, como mulher, professora e sobre os trabalhos sociais que desenvolveu e desenvolve na comunidade onde reside e nas comunidades vizinhas. Atualmente está aposentada como professora, porém continua a sua dedicação com os trabalhos sociais voluntários, pensando no bem comum das famílias envolvidas direta e indiretamente.

OS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO NOS ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

Alfabetização é de suma importância para o desenvolvimento do sujeito. É nesse período, que são desenvolvidas habilidades na leitura e na escrita, como também, por meio da alfabetização o mesmo desenvolve a capacidade de interação na sociedade, com experiência do seu contexto, do meio social e cultural que está inserido, devendo ser estimulados através de atividades que despertem no mesmo as habilidades cognitivas que reflitam significativamente na sua aprendizagem. Sobre a alfabetização, Soares e Batista (2005, p.24), afirmam que:

O termo alfabetização designa o ensino e o aprendizado de uma tecnologia de representação da linguagem humana, a escrita alfabético-ortográfica. O domínio dessa tecnologia envolve um conjunto de conhecimentos e procedimentos relacionados tanto ao funcionamento desse sistema de representação quanto às capacidades motoras e cognitivas para manipular os instrumentos e equipamentos de escrita.

O processo de alfabetização, geralmente ocorre nos anos iniciais da educação escolar, não necessariamente a criança ao entrar na escola, deverá ser alfabetizada, esse contato inicial acontecerá por meio de estímulos que o/a professor/a disponibilizará, através de músicas, jogos e brincadeiras, atividades com as cores, objetos entre outros.

Diante do exposto, é perceptível que para melhor eficácia no processo de alfabetização, deve ser considerada a bagagem de conhecimento que o sujeito adquire antes de chegar a escola. Assim sendo, é possível perceber que a educação ocorre em vários lugares, de diversas maneiras, pode se obter o aprendizado, não ficando restrito apenas ao ambiente escolar, tradicionalmente conhecida como a educação formal, pois esta, exige que seja respeitada a legislação específica estabelecida pelas instituições oficiais.

A educação não formal, acontece fora do ambiente escolar, permitindo ao indivíduo adquirir conhecimentos através da sua interação com o meio social em que está inserido. De acordo Rios (2020, p. 2015), os espaços podem ser entendidos, como: “grupos e agremiações culturais, associações, empresas, hospitais e estabelecimentos de saúde, movimentos sociais, bibliotecas, brinquedotecas, centros de cultura, museus, dentre outros.” Estes, podendo ocorrer de diversas maneiras por organizações governamentais ou não governamentais, considerados como importantes espaços formativos para estimular habilidades e competências, que na maioria das vezes não ocorrem na educação formal.

Atualmente a presença feminina em diversos os espaços tem sido cada vez mais comum, porém, por muito tempo não foi assim. Desde o século XVII, era comum as famílias serem chefiadas pelos homens, eles detinham todo o poder, como afirma Pateman (1993, p.44): “Durante séculos, a família, sob o comando da autoridade paterna tradicional, forneceu o modelo ou a metáfora para as relações de poder e autoridade de todos os tipos.”

Em consequência do sistema capitalista que foi implementado na sociedade naquele período, a mulher não tinha visibilidade, não tinha acesso à educação, ficando restrita apenas aos afazeres domésticos, cuidando do marido, dos filhos, que era a formação recebida no pelos seus familiares. No Brasil, não foi diferente, quando as mulheres tiveram acesso à educação, a mesma era voltada para a elite, para que a tornasse uma esposa competente para lidar com o lar. Faleiro e Farias (2017): define o patriarcado como: “um modo de organização das relações sociais cuja lógica de divisão de trabalho entre homens e mulheres direciona o que cada gênero deve e pode fazer,” E é, nesse sentido, que após o surgimento do movimento feminista esse modelo vai sendo estabelecido sob nova perspectiva. De acordo com Almeida (2010, p. 22), isso aconteceu “para denominar as relações desiguais de dominação dos homens sobre as mulheres.”

De acordo com Louro (1997): “algumas mulheres vão fundar revistas, promover eventos, organizar-se em grupos ou núcleos de estudos...”. Dessa maneira, ao lutarem coletivamente, buscando meio de estudos e discutir sobre a visibilidade da mulher na educação, começaram a alcançar perante a sociedade, conquistas no que diz respeito a educação, como também nas relações sociais.

Nessa perspectiva, percebe-se que, com o passar do tempo, vem ocorrendo transformações positivas na busca pela educação. Essas mudanças permitem às mulheres, optarem por ocupar outros espaços e, assim contribuir com as mudanças que vem ocorrendo na sociedade. E é bem visível nos espaços de educação formal, também lidando com as dificuldades para trabalhar em classes multisseriadas, tendo que superá-las diariamente para obter uma aprendizagem que permita ao sujeito ser significativa, sendo que é algo recorrente, principalmente na zona rural, onde os espaços de educação são inferiores as necessidades dos/as alunos/as.

Classes multisseriadas

Compreende-se, que diversos fatores ocorrem para que o ensino aprendizagem seja obtido com qualidade. E para isso, os processos de alfabetização e letramento devem estarem simultaneamente interligadas. Dentre os fatores que são observados em alguns espaços

escolares, principalmente no perímetro rural, está o modelo de ensino com as classes multisseriadas, que se caracterizam, segundo o Panorama da Educação do Campo (2007, p.25), por terem: “alunos de diferentes séries e níveis em uma mesma sala de aula, independentemente do número de professores responsável pela classe.”

Este modelo de ensino, é bastante discutido pelos/as estudiosos/as da Educação do Campo, pois é no campo que as classes multisseriadas são mais presentes. De acordo com Caderno Educação do Campo (2007, p.21): “temos 59% dos estabelecimentos do ensino fundamental rural formados exclusivamente por turmas multisseriadas ou unidocentes, as quais concentram 24% das matrículas.”

As reflexões sobre as classes multisseriadas acontecem, porque são vários desafios que influenciam no ensino e aprendizagem dos/as alunos/as são. As turmas geralmente têm alunos/as de séries diferentes, o que comumente dificulta o acompanhamento individual a cada um/a pelo/a professor/a, como também falta material didático adequado para isso, como aponta Junior (2009, p.36):

O professor sente dificuldade de ensinar crianças de todas as séries, o que limita a aprendizagem nas classes multisseriadas. Nesse espaço escolar, a leitura torna-se difícil devido à quase ausência de livros e bibliotecas. Além disto, as atividades extraclasse não são realizadas, porque as crianças frequentemente trabalham na lavoura.

Além dessas dificuldades, outras podem ser encontradas, como a formação dos/as professores/as. Há deficiência na formação condizente com a realidade exigida pela educação do campo e as classes multisseriadas. Além disso, existe pouco incentivo por meio de políticas públicas, para que os/as profissionais tenham formação adequada para trabalhar com esse público, pois deve ser considerado o contexto em que o/a aluno/a está inserido/a, como ressalta Oliveira e Oliveira (2016, p. 233): “É preciso que essa relação de alternância de saberes se construa de forma articulada com a realidade dos alunos.” Sendo assim, é através dessa troca de saberes, que será fortalecido o processo de ensino aprendizagem e o nível de alfabetização ocorrerá de maneira satisfatória.

Deste modo, fica evidente que dificuldades são encontradas pelos/as professores/as que atuam nessa modalidade de ensino, tanto para eles/as, como para os/as alunos/as, é difícil alcançar com eficiência uma aprendizagem significativa, pois vários fatores impedem que o processo de alfabetização e letramento ocorra de maneira a atender os requisitos exigidos, por

isso é necessário que o/a docente seja valorizado/a e políticas públicas sejam implementadas para melhores condições de trabalho.

A TRAJETÓRIA DE PROFESSORA LEIGA EM CLASSES MULTISERIADAS

Dulce é natural da Fazenda Queimada de Cima, mas foi criada na comunidade de Caraibinha, ambas situadas no perímetro rural do Município de Andorinha – Bahia. Chegou a Comunidade de Maria Preta, também perímetro rural de Senhor do Bonfim, Bahia no dia 22 de abril de 1972, local onde reside até então. Iniciou seu processo de alfabetização com sua tia, em casa, pois a mesma já alfabetizava outras crianças, depois foi estudar da primeira à quarta série em outras localidades próximas.

A mesma conta, que não foi fácil conseguir ser alfabetizada, morava na roça, na época não tinha escola nem professores/as disponíveis para ensiná-la. Segundo ela:

A dificuldade que a gente tinha era de aonde ir pra escola, como ir, [...] para quem tá na Caraibinha pra ir sozinha não tinha como ir, porque era muito longe [...] aí os meus primeiros meses eu ia, sabe como? Eu ia montada num jegue, meu avô ia me levar todo dia [...]. Ele pegava um jumentinho, celava aí me botava na garupa e ia me levar na “escola” e ficava lá na casa do compadre Chico conversando até na hora que a Sonia soltava meninos para poder eu vim embora (risos) [...]” (DULCEMIRA, 27.05.2021).

As dificuldades mencionadas, era porque o local onde frequentou para ser alfabetizada, ficava distante do local onde morava e não tinha transporte adequado para leva-la. Acrescentou ainda, que foi um processo demorado, “tinha essa coisa de recordar a cartilha, eu já tinha estudado um ano aí lá no outro ano teve que recordar pra saber se tinha aprendido mesmo (risos) pra depois ir para a primeira série.” É importante ressaltar que o relato de Dulce é algo comum a muitas crianças que nasceram no perímetro rural, principalmente para as mulheres, que no caso dela tem um elemento favorável, que é o fato do avô leva-la para a escola, o que não é muito comum, principalmente para as meninas.

Dentre as conquistas alcançadas pelas mulheres, está o acesso à educação, no Brasil foi algo conquistado bem recente, já nas últimas décadas, mas apesar das dificuldades enfrentadas, é possível observar que as mulheres, como afirma Mendes (2018, p. 138), estão “mais atuantes no mercado de trabalho, seja no campo formal ou informal deste, bem como nos espaços de educação formal.”

Um ponto considerado positivo em relação ao processo de alfabetização dessa narrativa, foi que, apesar das dificuldades enfrentadas para se deslocar e ser alfabetizada, o fato de ser



mulher e morar no perímetro rural, a mesma teve acesso à educação, como ressalta Dulce: “[...] Meu pai nunca impediu de ninguém estudar [...] ele botava também os professores dentro de casa, [...] ele trazia era professor daqueles mesmo do tempo da palmatória (risos).” Na fala mencionada por ela “do tempo da palmatória” foi no sentido de não deixar ela e os irmãos sem estudar, caso algum não tivesse interesse.

Passado esse processo de alfabetização e escolarização, por volta dos 19 anos de idade, Dulcemira começou a alfabetizar outras pessoas, pois na década de 1970, quando chegou a comunidade de Maria Preta, não havia muitos critérios para lecionar, era exigido apenas o curso primário, atualmente considerado Ensino Fundamental I, a mesma se preparou e a partir daí, teve sua primeira experiência em um programa de alfabetização de jovens e adultos.

Em seguida, como não havia escola pública na região, começou a dar aulas particulares às crianças da comunidade onde morava e das comunidades vizinhas, no período oposto às aulas com os adultos. A família que tinha recursos financeiros, contribuía com um valor simbólico, e as que não tinham, ela ensinava as crianças do mesmo jeito. Isso acontecia, devido ao número de filhos/as que na maioria das famílias eram muitos, e os pais não tinham condições de pagar por todos/as.

Com o passar do tempo, já nos anos de 1980, teve a oportunidade de trabalhar como professora contratada, pelo poder público municipal. O fato se deu, através da sua participação voluntária na comunidade, a mesma ressalta: “isso já em 1982 porque eu já tinha dois anos que fazia trabalho voluntário nas comunidades e foi nesse trabalho voluntário que eu tive esse contato.” O respectivo contato com as famílias da comunidade, contribuiu para a sua contratação, pois sempre participava de atividades voluntárias, ficando conhecida por muitas pessoas da região. Apesar de não ter sido fácil, como disse ela: “pra enfrentar esse trabalho não foi fácil não, foi difícil, precisei de arregaçar a manga mesmo pra poder segurar”, enfrentou e ficou até conseguir se aposentar, pois o mesmo contribuía com a sua formação e também beneficiava as famílias da comunidade.

Sobre a sua formação específica para alfabetizar crianças, Dulcemira ressalta que não teve acesso. Todo conhecimento adquirido foi baseado da sua participação com os trabalhos voluntários das comunidades, começando pelos trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base, seguido pela Pastoral da Saúde, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Pastoral da Criança, e mais recente um projeto social que conciliava reforço escolar para as crianças e atividades paralelas com as mães destas. Através disso, havia muitos cursos e capacitações que a ajudaram, segundo ela:



Esses movimentos contribuíram muito. A minha faculdade foi esses movimentos que eu participei, comecei a trabalhar como alfabetizadora [...] foram me ajudando, porque todo cursinho que tinha, eu tava lá [...] já comunicava os meninos e os pais: olha eu vou porque vai ter um curso assim...assim, é benefício da comunidade, então aquele dia de aula pra mim não era perdido e nem pra eles, porque eu ia lá buscar o conhecimento para trazer para minha comunidade, tanto pra dentro da sala de aula como para a comunidade em geral” (DULCEMIRA, 27.0.2021).

Diante disso, é importante reconhecer os espaços fora do ambiente da educação formal, como meio de adquirir conhecimento, como afirma, Gohn (2009), podem ser nos “extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais.” Que o sujeito terá oportunidade de conhecer, participar e contribuir de maneira coletiva ou individual na construção de uma sociedade com mais oportunidade para todos/as.

Nesse sentido, mudanças foram ocorrendo e houve a necessidade de concluir o primeiro grau (Ensino Fundamental II), e não concluiu o segundo grau (Ensino Médio), porque foi diretamente participar de outras formações disponibilizadas para os/as professores/as leigas da época. Em seguida, teve a chance de ir para a faculdade, mas, ressaltou:

[..] juntou tanta coisa, já tinha o projeto mais avançado, eu já trabalhava na prefeitura e no projeto [...] E aí meu tempo foi assim, sempre corrido e, por isso não fui para a faculdade, porque eu já me sentia cheia de muita bagagem (risos), eu sentia que o mundo já tinha me formado, era uma responsabilidade grande mas eu já tinha passado por muito período bom de aprendizado, de lidar com pessoas, lidar com as crianças. Que desde esse tempo que eu lidava com adulto, depois com as crianças, aí pronto, daí pra cá não parei mais (DULCEMIRA, 27.05.2021).

Dentre os trabalhos voluntários desenvolvidos nas comunidades e os processos de alfabetização e capacitação pessoal, iniciou seu processo de alfabetização em sala de aula com a alfabetização de jovens e adultos e destacou que: “eu não tive muita dificuldade para alfabetizar eles porque a gente pegou pessoas que eram todas analfabetas mesmo, mas eram pessoas simples, que tinham aquela vontade de aprender e o conhecimento do dia a dia”. E nesse sentido que é apontado por Freire (1996, p. 63), que: “A leitura de mundo revela, evidentemente, a inteligência do mundo que vem cultural e socialmente se constituindo. Revela também o trabalho individual de cada sujeito no próprio processo de assimilação da inteligência do mundo.”

Sendo assim, percebe-se que a narrativa de Dulcemira concilia com a citação do autor, no sentido de que os sujeitos na maioria das vezes não sabem ler nem escrever, porém, os conhecimentos obtidos pelos mesmos, antes mesmo de chegar a sala de aula, feita através da

leitura de mundo, baseada nas vivências cotidianas e no contexto em que estão inseridos, facilitam o processo de alfabetização, refletindo significativamente na sua aprendizagem e por isso estas, devem serem consideradas.

Sobre a experiência com a alfabetização de crianças ressaltou algumas dificuldades enfrentadas, pois trabalhou com as classes multisseriadas, que de acordo com Moura e Santos (2012) são: “caracterizadas pela junção de alunos de diferentes níveis de aprendizagem (normalmente agrupadas em “séries”) em uma mesma classe, geralmente submetida à responsabilidade de um único professor”, nesse sentido, Dulcemira afirma:

Depois fui trabalhar com alfabetização de crianças, foram turmas multisseriadas. Nessa tinha que saber dividir o tempo para preparar atividade pra crianças que estavam nas séries iniciais e aquelas outras que já vinham trazendo uma bagagem, que já vinham de outras escolas [...] e eu como professora tinha aquela responsabilidade de dividir as tarefas, como eu ia ensinar cada um. [...] Foi assim, toda vida trabalhei com educação infantil, primeira série, segunda série, tudo misturado, tinha que um jogo de cintura para saber lidar com essas coisas[...]" (DULCEMIRA, 27.05.2021).

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas com as classes multisseriadas, a mesma desenvolvia uma metodologia com atividades lúdicas e conseguia facilitar o processo de alfabetização, sobre isso, ressaltou:

[...] toda vida fui criativa, gostava de reciclar, gostei muito de trabalhar com essa parte de artesanato, essas coisas assim, aí eu já preparava para os mais pequenos uma atividade [...] e ali aquele grupinho já se sentava em um local enquanto eu ia trabalhar com os mais adiantados no quadro [...]" (DULCEMIRA, 27.05.2021).

Nesse processo ainda tinha outras dificuldades que os/as alunos/as enfrentavam, como não tinham transporte, andavam vários quilômetros a pé, antes da aula, ajudavam a professora colocar água para fazer a merenda, afirmado por Dulcemira: “e para fazer a merenda era assim, era fogo de lenha, tinha que carregar água na cabeça [...] eu dava almoço meus filhos a aí enquanto eles estavam almoçando eu ia lá buscar a água da escola [...]”. Fica evidente, que dificuldades eram enfrentadas diariamente para concretizar o processo de alfabetização, mas que a alfabetizadora conhecia a realidade dos sujeitos, o trabalho era desenvolvido coletivamente e a mesma demonstrava disponibilidade e muito amor pela profissão, pois dividia o tempo entre a família, o lar, mas não deixava de colaborar, e isso contribuía para facilitar a aprendizagem ao final do processo.

CONSIDERAÇÕES

Sendo assim, ao ouvir a narrativa da professora leiga, Dulcemira, fica evidente a importância da alfabetização adquirida através da educação não formal. Tais espaços, possibilitam a oportunidade de conhecimento para além dos muros da escola, como ela mesmo se justifica, “a minha faculdade foi esses movimentos que eu participei.” E, mesmo o sujeito tendo acesso à educação formal, todos os espaços devem ser considerados como meio de adquirir conhecimento.

E, apesar de todas as dificuldades encontradas durante a trajetória das mulheres para ter acesso à educação e outras conquistas, como a participação democrática na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Atualmente os espaços de trabalho, educação, estão sendo ocupados e a equidade de direitos entre homens e mulheres aos poucos estão sendo assegurados. As mulheres não ficam mais tanto tempo cuidando exclusivamente do lar, do companheiro e dos/as filhos/as, estão buscando sua autonomia para poder decidir o que querem fazer.

Ao concluir esse trabalho, fica evidente que há dificuldades a serem enfrentadas no processo de alfabetização, uma vez que as políticas públicas não chegam a todos/as com eficiência, mas o/a professor/a desenvolvendo atividades com metodologias criativas e tendo comprometimento, baseando-se no contexto em que o indivíduo esteja inserido, como também considerando os conhecimentos que o mesmo tenha antes de chegar a sala de aula, pois segundo Freire (1996, p. 63) “Respeitar a leitura de mundo do educando significa tomá-la como ponto de partida para a compreensão do papel da curiosidade, de modo geral, e da humana, de modo especial, como um dos impulsos fundantes da produção do conhecimento.” ao final do processo, o sujeito obterá um ensino aprendizagem satisfatória.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, M. H. M. Bo. **Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica**. História da Educação. ASPHE/FaE/UFPel nPelotas 14.79-95, set. 2003.

ALMEIDA, J. P. **As multifacetadas do Patriarcado: uma análise das relações de gênero nas família homoafetivas**. – O autor, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9412>. Acesso: 10. Jun. 2021.

BRASIL. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Cadernos SECAD 2 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília-DF: 2007.

BRASIL. **Panorama da educação no campo**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília – DF: 2007.



DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência I.** Pedro Demo. -2. ed. 2. ed. -São Paulo: Atlas, 1985. Disponível em:

<http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/fetch/74301206/DEMO-Introducao-a-Metodologia-da-Ciencia.pdf>. Acesso: 10.jun.2021.

FALEIRO, W.; FARIAS, M. N. Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 43, n. 3, p. 833-846, jul/set., 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201707168124>

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social – **Meta: Avaliação** | Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.

JUNIOR, W. dos S. C. **Alfabetização na educação do campo**: relatos de professores de classes multisseriadas da ilha de Marajó. – São Paulo: 2009.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista**. - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

MENDES, A. M. Educação da mulher e permanência escolar: dificuldades encontradas pelas mulheres da comunidade quilombola no Povoado de Coqueiros em Mirangaba – Bahia, em sua formação escolar. *et. al.* RIOS, P. P. S. (Org.). **Educação, gênero e Diversidade sexual: fabricação das diferenças no espaço escolar**. – Curitiba: CRV, 2018.

MOURA, T. V.; SOUZA, F. J. S. dos. A pedagogia das classes multisseriadas: Uma perspectiva contra-hegemônica às políticas de regulação do trabalho docente. **Debates em Educação** - ISSN 2175-6600 Maceió, Vol. 4, nº 7, Jan./Jul. 2012.

OLIVEIRA, M. R. D. de; OLIVEIRA, N. do S. da S. Classes multisseriadas: práticas, memórias e formação docente. **Revista Margens Interdisciplinar**: 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v9i12.3070>. Acesso: 10 jun. 2021.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual** – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RIOS, P. P. S. Estágio docente em espaços não escolares: narrativas de formação no curso de Pedagogia. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, p. 213-231, dez. 2020. ISSN 2175-6600. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/10213>. Acesso em: 08 jun. 2021.

SOARES, M. B; BTISTA, A. A. G. **Alfabetização e letramento: caderno do professor**. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.